

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

TRF1 reconhece legitimidade da perícia fisioterapêutica

Por unanimidade, a 7ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1) negou recentemente a apelação do Conselho Federal de Medicina (CFM) e manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016, reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO) para disciplinar a perícia fisioterapêutica.

No julgamento, o Tribunal reconheceu que a norma não invade atribuições privativas da medicina, pois se limita à regulação da atuação do fisioterapeuta dentro de sua habilitação legal e técnica. Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos, admitindo a nomeação de profissionais legalmente habilitados, conforme a natureza da matéria controvertida.

O acórdão ressaltou o fundamento de que, embora a Lei nº 12.842/2013 discipline os atos privativos da medicina em seus arts. 4º e 5º, o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina, como evidenciado pela mensagem de veto ao art. 4º, I, da lei federal.

Além disso, ficou reafirmado que, em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora, o fisioterapeuta é profissional tecnicamente qualificado para atuar na perícia, sempre dentro dos limites de sua formação e sem extrapolação para atos privativos de outra profissão.

A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

Com o resultado do julgamento, permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016, confirmando não apenas a autonomia técnica da fisioterapia, mas também a adequada prestação jurisdicional nas demandas que exigem conhecimento funcional e cinesiológico especializado.

O COFFITO, nesse contexto, permanece vigilante e atuante, sempre em defesa das prerrogativas profissionais, da legalidade do exercício da profissão e da valorização técnica e científica da fisioterapia e da terapia ocupacional.

Internet: <crefито14.org.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 1 No trecho “conforme a natureza da matéria controvertida”, o termo “conforme” estabelece relação de conformidade e poderia ser substituído por **consoante**, sem prejuízo ao sentido e à sintaxe do período.
- 2 No fragmento “manteve a validade da Resolução COFFITO nº 466/2016”, a substituição da forma verbal “manteve” por **preservou** não altera o sentido essencial do trecho.
- 3 A substituição do trecho “permanece plenamente válida a Resolução COFFITO nº 466/2016” por **a Resolução COFFITO nº 466/2016 permanece plenamente válida** é obrigatória para o estabelecimento da correção gramatical do texto.
- 4 Na sentença “Também consignou que o sistema processual brasileiro não restringe a perícia judicial exclusivamente aos médicos”, a inserção do pronome “se” imediatamente antes da forma verbal “restringe” mantém a correção gramatical do texto.
- 5 Na sentença “o próprio Poder Legislativo reconheceu que o diagnóstico nosológico e a prescrição terapêutica não são exclusivos da medicina”, a retirada do vocábulo “próprio” preserva o sentido enfático da frase.
- 6 No fragmento “A manutenção da norma, portanto, resguarda não apenas a autonomia técnica da fisioterapia”, a vírgula empregada após o vocábulo “portanto” é obrigatória, uma vez que se trata de um conectivo conclusivo intercalado.
- 7 No trecho “reafirmando a competência normativa do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO)”, a forma verbal “reafirmando” indica uma ação posterior à principal.
- 8 No fragmento “em matérias relacionadas à biomecânica, ergonomia e funcionalidade motora”, a ausência do sinal indicativo de crase antes de “ergonomia” e “funcionalidade” configura um erro de paralelismo sintático.

Texto para os itens de 9 a 16.**Dia do Ouvidor:****COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública**

O COFFITO realizou um encontro em homenagem ao Dia do Ouvidor, comemorado anualmente em 16 de março. O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional.

O presidente do COFFITO, Dr. Sandroval Torres, abriu o evento e reafirmou a importância da integração entre as autarquias federais e regionais para a qualificação dos serviços da área de saúde prestados à população: “Nosso papel é muito importante. Somos a barreira que garante segurança para a sociedade. Sem nós, a sociedade fica vulnerável”.

O ministro-substituto do TCU, André Luís de Carvalho, apresentou a legislação que fundamenta o trabalho das Ouvidorias e a amplitude dessa atuação. “O acesso à informação como direito fundamental pressupõe que o cidadão não precisa pedir para ter acesso”, destacou.

O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção. Afirmou ainda que o objetivo é fomentar a transparência administrativa e fortalecer o controle social.

A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados decorrentes da implementação da Ouvidoria Integrada do Sistema COFFITO/CREFITOs, desenvolvida pela atual gestão. Segundo ela, essa é uma iniciativa que marca uma nova etapa na governança institucional.

Para o superintendente do COFFITO, Sergio Andrade, mais do que uma data comemorativa, o momento convida a reflexões sobre o papel estratégico das Ouvidorias na administração pública. No dia a dia, essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições, contribuindo para “a qualificação dos serviços, o aprimoramento da gestão e a consolidação de práticas mais transparentes”.

A programação do encontro contou com temas centrais para a atuação dos ouvidores, como a importância da escuta ativa, os desafios da atuação integrada, o uso de relatórios gerenciais como ferramenta de melhoria contínua e o papel da Ouvidoria na promoção da ética profissional.

O COFFITO reforça seu compromisso com uma gestão cada vez mais aberta ao diálogo e orientada pela escuta qualificada. Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões e fortalece a construção coletiva de soluções voltadas ao interesse público.

Internet: <coffito.gov.br> (com adaptações).

Em relação ao texto e aos seus aspectos linguísticos, julgue os itens a seguir.

- 9 No trecho “O ministro ressaltou que a Lei de Acesso à Informação define a publicidade como regra geral e o sigilo, como exceção”, a vírgula após “sigilo” está corretamente empregada para indicar a elipse da forma verbal “define” na segunda estrutura coordenada, preservando-se, assim, o paralelismo sintático do período.
- 10 No trecho “essas unidades funcionam como elo entre a sociedade e as instituições”, há uma comparação introduzida por “como”, ao passo que, em “O acesso à informação como direito fundamental”, não há relação comparativa.
- 11 No fragmento “Somos a barreira que garante segurança para a sociedade”, o pronome “que” retoma “sociedade”, sinalizando, nesse caso, a ocorrência de uma catáfora.
- 12 No fragmento “Com a presença de ouvidores de diferentes regiões do país, o Conselho Federal amplia o alcance das discussões”, o segmento que está antes da vírgula funciona como adjunto adverbial, podendo ser deslocado para o final do período, sem prejuízo da correção gramatical.
- 13 No trecho “O evento foi dedicado ao diálogo, à troca de experiências e ao fortalecimento institucional”, a inserção do acento grave em “à troca” é facultativa.
- 14 Na sentença “Sem nós, a sociedade fica vulnerável”, a vírgula após o pronome é obrigatória por separar uma oração subordinada adverbial condicional.
- 15 Embora o texto “Dia do Ouvidor: COFFITO destaca escuta ativa na gestão pública” apresente informações e dados objetivos, ele não se caracteriza como dissertativo-argumentativo, pois não desenvolve tese com a defesa sistemática por meio de argumentos organizados.
- 16 No trecho “A chefe da Ouvidoria do COFFITO, Dra. Danielle Castro Azeredo, compartilhou com os participantes os resultados e aprendizados”, as vírgulas têm a função de isolar um aposto explicativo, cuja retirada não comprometeria a correção gramatical, mas alteraria o sentido original do período.

Paula, que é advogada, está estudando um Vade Mecum com 2.616 páginas. Como costuma grifar todas as páginas que lê, ela registrou a quantidade de páginas grifadas por dia. No primeiro dia, grifou 63 páginas e, em cada dia seguinte, grifou 4 páginas a mais do que no dia anterior.

Com base nessa situação hipotética e no padrão mantido até a conclusão da leitura do livro, julgue os itens a seguir.

- 17 No décimo dia de estudo, Paula grifará 99 páginas.
- 18 Ao final dos 12 primeiros dias de estudo, Paula terá grifado 1.032 páginas.

- 19** Mantido esse padrão, ao final de 24 dias, Paula terá grifado exatamente as 2.616 páginas do Vade Mecum.

Durante o último mês, o advogado Oswaldo registrou, em uma planilha, o número de audiências de que participou em cada semana de trabalho, conforme mostra a tabela a seguir.

SEMANA	NÚMERO DE AUDIÊNCIAS
1ª	5
2ª	8
3ª	6
4ª	5
5ª	11

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20** A média semanal de audiências de Oswaldo, nesse período, foi superior a 7.
- 21** A moda do número de audiências semanais é igual a 11.
- 22** A mediana do número de audiências semanais foi igual a 6.

Amanda, Bárbara e Carolina são três irmãs. Sabe-se que cada uma delas sempre diz a verdade ou sempre mente. Em certa ocasião, Amanda afirmou que Bárbara estava mentindo. Em seguida, Bárbara disse que Carolina estava mentindo. Por fim, Carolina afirmou que Amanda e Bárbara estavam mentindo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Amanda sempre diz a verdade.
- 24** Bárbara sempre diz a verdade.
- 25** Carolina sempre mente.

Gael possui 3 dados honestos, nas cores amarela, azul e verde, todos numerados de 0 a 5. Ele lançará os 3 dados ao mesmo tempo.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** O número total de resultados possíveis nesse lançamento é de 125.
- 27** A probabilidade de os 3 dados mostrarem o mesmo número é igual a 1 em 36.
- 28** A probabilidade de a soma dos números obtidos nos 3 dados ser igual a 3 é superior a 5%.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Considerando os conceitos de informática, de sistemas operacionais, de redes de computadores, de aplicativos e de segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 29 Os sistemas operacionais móveis, como o Android e o iOS, não são capazes de executar múltiplas aplicações simultaneamente.
- 30 A Internet é uma única rede centralizada controlada por uma única organização mundial.
- 31 O *backup* de dados elimina a necessidade de utilização de mecanismos de segurança, como o antivírus e o *firewall*.
- 32 Os navegadores de Internet permitem ao usuário acessar páginas *web* por meio de protocolos específicos, como o HTTP.

Acerca dos conceitos de redes de computadores, de aplicativos de escritório, de sistemas operacionais móveis e de mecanismos de segurança da informação, julgue os itens seguintes.

- 33 Os editores de texto não permitem a inserção de elementos gráficos, como imagens e tabelas, sendo estes restritos à manipulação de texto puro.
- 34 Os navegadores de Internet são responsáveis pela definição dos protocolos de comunicação utilizados na *web*.
- 35 Os *backups* armazenados no mesmo dispositivo dos dados originais garantem a proteção contra as falhas físicas do equipamento.
- 36 A computação em nuvem elimina completamente a necessidade de infraestrutura física para o armazenamento e o processamento de dados.

No que concerne aos conceitos de Internet, da organização de dados, de aplicativos e da segurança da informação, julgue os itens a seguir.

- 37 O *software*, que consiste em um componente físico do computador, é responsável pela execução direta das operações elétricas do sistema.
- 38 A intranet é uma rede pública global acessível a qualquer usuário conectado à Internet.
- 39 O *firewall* pode ser utilizado para controlar o tráfego de entrada e de saída de uma rede, com base em regras definidas.
- 40 Na Internet, a comunicação entre dois dispositivos ocorre sem a necessidade de definição prévia de protocolos, pois a transmissão é realizada automaticamente pela infraestrutura física.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Considerando as situações relacionadas à atuação de servidores públicos e aos fundamentos éticos da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 41** No âmbito da ética pública, o servidor deve observar não apenas a legalidade, mas também a moralidade e o interesse coletivo, equilibrando a conformidade normativa com a responsabilidade institucional e o compromisso com resultados socialmente relevantes.
- 42** O princípio da impessoalidade, ao vedar favorecimentos pessoais e exigir uma atuação orientada pelo interesse público, também impede que o agente utilize atos administrativos para a promoção pessoal, ainda que dentro dos limites legais.
- 43** A eficiência administrativa pode justificar, em caráter excepcional, a adoção de medidas administrativas atípicas que relativizem a estrita legalidade formal, quando os mecanismos previstos em lei se mostrarem manifestamente inadequados à realidade concreta.
- 44** A moralidade administrativa possui relevância jurídica autônoma, podendo fundamentar a invalidação de atos que, embora formalmente legais, foram praticados exclusivamente com o intuito de promover o interesse pessoal do agente, mesmo sem configurar desvio de finalidade ou fraude à lei.
- 45** Suponha-se que um servidor tenha realizado um ato legal motivado por um interesse pessoal disfarçado de interesse público. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta será considerada antiética, ainda que seja, formalmente, correta.

Acerca da improbidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 46** A prática de ato que viole os princípios da Administração Pública configura improbidade administrativa, mesmo sem dano ao erário.
- 47** A responsabilização por improbidade administrativa restringe-se aos agentes públicos em sentido estrito, não alcançando particulares que se beneficiem do ato ímprobo, sem participação direta em sua execução.
- 48** O enriquecimento ilícito do agente público constitui uma das hipóteses de improbidade administrativa, a qual se configurará mesmo em caso de vantagem patrimonial decorrer de ato praticado fora do exercício da função pública. Todavia, isso procederá desde que haja, no referido contexto, uma relação de causalidade com o cargo ocupado.
- 49** A responsabilização por improbidade independe de nexos entre a conduta praticada e a função pública exercida.
- 50** Após a vigência da Lei nº 14.230/2021, a responsabilização por ato de improbidade administrativa que cause dano ao erário passou a exigir a demonstração de dolo específico do agente, sendo a culpa grave, ainda que devidamente comprovada, insuficiente para configurar a conduta ímproba e ensejar o ressarcimento ao erário no âmbito da ação de improbidade.

No que diz respeito ao processo administrativo na Administração Pública Federal, julgue os itens a seguir.

- 51** O processo administrativo deve observar princípios como o do contraditório e da ampla defesa, aplicáveis não apenas em processos sancionatórios, mas em qualquer procedimento que possa resultar em decisão gravosa ou restritiva de direitos do administrado.
- 52** A motivação dos atos administrativos é dispensável quando a decisão for discricionária.
- 53** O administrado tem o direito de formular alegações e apresentar documentos antes da decisão administrativa, direito que pode ser relativizado em situações de urgência ou quando a participação prévia comprometer a eficácia da medida administrativa, assegurado o contraditório diferido.
- 54** A Administração Pública não pode rever os seus próprios atos, ainda que eles sejam ilegais.
- 55** No âmbito do processo administrativo federal regido pela Lei nº 9.784/1999, antes de ser proferida decisão que possa afetar negativamente os interesses do administrado, deve-se garantir a este a oportunidade de apresentar alegações escritas, assegurando-se prazo mínimo de cinco dias úteis para a manifestação, salvo disposição específica em sentido diverso.

À luz das normas acerca da transparência e do acesso à informação, julgue os itens seguintes.

- 56** O acesso à informação pública constitui regra geral, sendo o sigilo a exceção devidamente justificada, de modo que a negativa de acesso deve apresentar fundamento legal específico e deve demonstrar o enquadramento da hipótese de restrição.
- 57** A divulgação de informações de interesse coletivo depende exclusivamente de solicitação do cidadão.
- 58** Suponha-se que, em um órgão público, um servidor tenha classificado um determinado relatório interno como “secreto”, alegando apenas “risco genérico à imagem institucional”, sem a indicação de hipótese legal específica nem a demonstração da proporcionalidade e da necessidade concreta da restrição. Nesse caso, é correto afirmar que tal classificação atenderá aos requisitos da Lei nº 12.527/2011, desde que o prazo máximo seja respeitado.
- 59** As informações pessoais, por envolverem direitos fundamentais à intimidade e à privacidade, têm acesso restrito e tratamento sigiloso, não podendo ser divulgadas pela Administração Pública, mesmo quando forem necessárias à defesa de direitos de terceiros ou ao cumprimento de obrigação legal.

- 60** A recusa de acesso à informação pública deve ser sempre motivada e indicar recurso cabível, sob pena de responsabilidade do agente.

Considerando a proteção de dados pessoais, no âmbito da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- 61** A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) aplica-se ao tratamento de dados pessoais realizado por órgãos públicos, com as devidas adaptações quanto às bases legais e às finalidades, prevalecendo, assim, o regime específico da Lei de Acesso à Informação, em caso de conflito entre transparência e proteção de dados.
- 62** O tratamento de dados pessoais pelo Poder Público deve estar vinculado às finalidades públicas específicas.
- 63** O consentimento do titular é sempre obrigatório para o tratamento de dados pela Administração Pública.
- 64** A proteção de dados pessoais não se aplica às informações que permitam identificar indiretamente o indivíduo.
- 65** A nomeação de encarregado (DPO) é dispensável para os órgãos públicos de pequeno porte.

No que diz respeito à integração entre ética, transparência e responsabilidade administrativa, julgue os itens seguintes.

- 66** A transparência administrativa contribui para o fortalecimento do controle social e da *accountability*, permitindo não apenas o acesso passivo às informações, mas também a participação ativa da sociedade no monitoramento, na avaliação e no aprimoramento das políticas públicas.
- 67** O cumprimento formal da lei é suficiente para garantir a conduta ética na Administração Pública.
- 68** O servidor público que, no exercício de suas funções, utilizar informação privilegiada obtida em razão do cargo para beneficiar terceiro, mesmo sem auferir vantagem pessoal direta e sem causar dano patrimonial ao erário, praticará conduta incompatível com os deveres éticos da função pública, ainda que a ação seja formalmente legal.
- 69** A responsabilização administrativa exclui automaticamente a responsabilização civil ou a penal.
- 70** A atuação do servidor público, mesmo quando em estrita conformidade com as normas legais e com os regulamentares vigentes, pode ser questionada sob o prisma ético quando caracterizar o desvio de finalidade, o abuso de poder formal ou a instrumentalização da legalidade para fins estranhos ao interesse público, hipóteses nas quais a observância da letra da lei não exclui a responsabilização por violação da moralidade administrativa.



RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

O CREFITO-17 é uma autarquia federal integrante do Sistema COFFITO/CREFITOs. Em 2025, em sua equipe jurídico-contábil, foi realizada uma revisão do enquadramento legal das atividades do conselho à luz da Constituição Federal de 1988, da legislação societária, da tributária e de contratações públicas vigentes.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens a seguir.

- 71 A Constituição Federal de 1988 determina que a Administração Pública Direta e indireta obedecerá aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência.
- 72 A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do CREFITO-17 será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União.
- 73 A Lei nº 10.303/2001 assegura aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias o direito de alienar suas ações pelo mesmo preço obtido pelo acionista controlador na transferência do controle da companhia, direito esse conhecido como *tag along*, fixado obrigatoriamente em 100% do valor pago por ação do bloco de controle.
- 74 A Lei Complementar nº 123/2006 assegura às microempresas e às empresas de pequeno porte tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo, à formalização e à desburocratização.
- 75 Conforme a Lei nº 14.133/2021, o pregão é a modalidade licitatória adequada para bens e serviços comuns, sendo a utilização da forma presencial absolutamente vedada, admitindo-se exclusivamente a forma eletrônica para todas as contratações.

O setor de planejamento do CREFITO-17 elaborou uma proposta orçamentária para o exercício de 2026, em conformidade com as disposições constitucionais a respeito do processo orçamentário e com a Lei nº 4.320/1964. Surgiram, então, dúvidas acerca dos princípios orçamentários, da classificação das receitas e dos estágios de execução da despesa.

Com base nessa situação hipotética e na legislação orçamentária vigente, julgue os itens seguintes.

- 76 O princípio orçamentário da universalidade determina que o orçamento público deve ser elaborado e autorizado para um período de um ano, coincidindo com o exercício financeiro.
- 77 O Plano Plurianual estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da União para as despesas de capital e outras delas decorrentes, bem como para as despesas relativas aos programas de duração continuada. Além disso, o Plano Plurianual tem vigência de quatro anos.
- 78 O princípio da exclusividade veda que a lei orçamentária anual contenha dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não admitindo, portanto, a inclusão de autorização para a abertura de créditos suplementares ou para a contratação de operações de crédito.
- 79 As receitas públicas classificam-se em correntes e de capital. Por sua vez, as receitas provenientes da alienação de bens e de operações de crédito são classificadas como receitas de capital.
- 80 Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a despesa pública percorre, na fase de execução, os estágios de empenho, liquidação e pagamento, sendo correto afirmar que a liquidação precede o empenho na ordem cronológica de realização da despesa.

Ao encerrar o exercício de 2024, o CREFITO-17 deparou-se com diversas situações que envolvem créditos adicionais, restos a pagar, despesas de exercícios anteriores, descentralização de créditos e suprimimento de fundos. O setor contábil precisou avaliar o correto tratamento de cada caso à luz da Lei nº 4.320/1964.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens a seguir.

- 81 Os créditos adicionais classificam-se em suplementares, especiais e extraordinários. Assim sendo: o crédito especial destina-se ao reforço de dotação orçamentária insuficiente; o suplementar atende às despesas para as quais não haja dotação específica; e o extraordinário é aberto para as despesas urgentes e imprevisíveis.
- 82 Os restos a pagar não processados referem-se às despesas que, embora empenhadas, ainda não foram liquidadas até 31 de dezembro do exercício, enquanto os processados são aqueles que, além de empenhados, também foram liquidados antes do encerramento do exercício.
- 83 As despesas de exercícios anteriores abrangem as obrigações reconhecidas após o encerramento do exercício a que pertencem, os empenhos prescritos e as obrigações criadas em exercícios anteriores não computadas na época própria, podendo ser atendidas à conta de dotação específica, sendo dispensada a observância dos requisitos legais para seu reconhecimento e pagamento.
- 84 Na descentralização de créditos orçamentários, o destaque é a modalidade utilizada para transferência de créditos entre unidades integrantes do mesmo órgão.
- 85 O suprimimento de fundos é uma modalidade excepcional de execução de despesa que permite o adiantamento de recursos a um servidor, sendo a prestação de contas posterior facultativa e condicionada à existência de comprovação das despesas realizadas.

O setor de contabilidade do CREFITO-17, ao elaborar as demonstrações contábeis do exercício de 2024 com base no MCASP e no PCASP, identificou dúvidas acerca do Sistema de Contas Aplicado ao Setor Público, dos regimes contábeis e da estrutura dos balanços exigidos pela Lei nº 4.320/1964.

Com base nessa situação hipotética e nas normas de contabilidade pública vigentes, julgue os itens seguintes.

- 86 A contabilidade aplicada ao setor público organiza-se nos sistemas orçamentário, financeiro e patrimonial, sendo que o sistema de compensação foi definitivamente excluído da estrutura contábil pelo MCASP.
- 87 Nos termos do art. 35 da Lei nº 4.320/1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. Adicionalmente, no âmbito patrimonial, o reconhecimento dos fatos contábeis observa o regime de competência, conforme disposto no MCASP e nas NBC TSP.
- 88 O balanço financeiro das entidades do setor público evidencia a situação patrimonial do ente em determinada data, discriminando o ativo, o passivo e o patrimônio líquido.

- 89 O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) é de observância obrigatória para os entes da Federação que adotam o PCASP, visto que estabelece os procedimentos contábeis patrimoniais, orçamentários e específicos do setor público com vistas à convergência às normas internacionais de contabilidade.
- 90 O PCASP organiza as contas públicas em seis classes: a classe 1 é destinada ao ativo; a classe 2, ao passivo e ao patrimônio líquido; a classe 3, às variações patrimoniais diminutivas; a classe 4, às variações patrimoniais aumentativas; e as classes 5 e 6, aos controles da aprovação e da execução do planejamento e do orçamento.
- 91 O objeto da contabilidade é o ativo das entidades, compreendendo apenas os bens e os direitos com expressão econômica, que serão avaliados em moeda nacional, excluindo-se as obrigações por não representarem recursos disponíveis.
- 92 As variações patrimoniais quantitativas são aquelas que alteram o valor do patrimônio líquido da entidade, sendo chamadas de diminutivas quando incrementam o PL e de aumentativas quando o reduzem.
- 93 Pelo método das partidas dobradas, cada lançamento contábil deve ter exatamente um débito e um crédito, sendo vedado o lançamento com mais de uma conta debitada ou creditada simultaneamente.
- 94 Pelo regime de competência, as receitas e as despesas devem ser reconhecidas nos períodos a que se referem, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento em caixa.
- 95 Pelo método PEPS de avaliação de estoques, os bens mais recentemente adquiridos são os primeiros a ser baixados do estoque, o que resulta, nos períodos de alta de preços, em menor custo da mercadoria vendida e maior resultado.

Considere-se a tabela a seguir.

BALANÇO PATRIMONIAL — ALFA & ÔMEGA S.A. (R\$ MIL)		
	31.12.2023	31.12.2024
ATIVO	8.500	10.000
ATIVO CIRCULANTE	3.200	4.000
Caixa e Equivalentes de Caixa	700	1.000
Duplicatas a Receber	1.700	2.000
Mercadorias para Revenda	800	1.000
ATIVO NÃO CIRCULANTE	5.300	6.000
Imobilizado	5.300	6.600
(-) Depreciação Acumulada	—	(600)
PASSIVO	3.500	4.000
PASSIVO CIRCULANTE	900	1.000
Fornecedores Nacionais	500	600
Salários a Pagar	300	300
Financiamentos a Pagar	100	100
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	2.600	3.000
Financiamentos de Longo Prazo	2.600	3.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.000	6.000
Capital Social	4.000	4.000
Reservas de Lucros	1.000	2.000

* Em 2024 foram pagos dividendos no valor de R\$ 800 mil.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO — ALFA & ÔMEGA S.A. (R\$ MIL)		
	31.12.2023	31.12.2024
RECEITA DE VENDAS	10.000	12.000
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	(6.000)	(7.200)
LUCRO BRUTO	4.000	4.800
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(3.000)	(3.000)
(-) Salários e Ordenados	(1.800)	(1.800)
(-) Depreciação e Amortização	—	(600)
(-) Despesas Administrativas Gerais	(1.200)	(600)
LUCRO LÍQUIDO	1.000	1.800

Com base nessa situação hipotética e considerando que os dados apresentados foram fornecidos pela área contábil da Alfa & Ômega S.A., que seria uma sociedade empresária atuante no segmento comercial, para fins de análise e apuração contábil, julgue os itens a seguir.

- 96 A análise vertical do balanço patrimonial da Alfa & Ômega S.A. em 2024 revela que o ativo circulante representa 40% do ativo total, indicando que a maior parte dos recursos da empresa está concentrada em ativos de curto prazo.

- 97** O índice de liquidez corrente da Alfa & Ômega S.A. em 2024, calculado com base nos dados do balanço patrimonial, é igual a 4,0, e o índice de liquidez seca é igual a 3,0.
- 98** O giro do ativo da Alfa & Ômega S.A. no exercício de 2024, calculado pela razão entre a receita de vendas e o ativo total, é de 1,2. Isso indica que, para cada R\$ 1,00 investido nos ativos, a empresa gerou R\$ 1,20 de receita. Logo, quanto maior for esse índice, menor será a eficiência da empresa na utilização de seus ativos.
- 99** O capital circulante líquido (CCL) da Alfa & Ômega S.A. em 2024, calculado pela diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, é de R\$ 3.000 mil, sendo esse um valor positivo que indica que a empresa possui folga financeira de curto prazo, pois seus ativos circulantes são suficientes para cobrir as obrigações de curto prazo com sobra de recursos.
- 100** A análise horizontal dos demonstrativos da Alfa & Ômega S.A. revela crescimento de 20% na receita de vendas entre 2023 e 2024, e a margem líquida evoluiu de 10% para 20% no mesmo período.
- 101** Na demonstração dos fluxos de caixa elaborada pelo método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais parte do lucro líquido do exercício, ajustado por itens que não afetam o caixa, como a depreciação, e pelas variações nas contas operacionais do capital de giro, tais como duplicatas a receber, estoques e fornecedores, de modo a evidenciar o caixa efetivamente gerado pelas operações da empresa.
- 102** O CPC 25 determina que uma provisão seja reconhecida: quando a entidade possui obrigação presente, legal ou não formalizada, decorrente de evento passado; quando é provável que haja saída de recursos para liquidá-la; e quando o valor pode ser estimado com confiabilidade.
- 103** A auditoria é uma atividade de exame sistemático e independente, que é realizada por profissional habilitado, com o objetivo de verificar se as atividades e os resultados estão em conformidade com as disposições planejadas, com os requisitos estabelecidos e com as normas vigentes.
- 104** Os papéis de trabalho são documentos elaborados ou obtidos pelo auditor durante a auditoria, que registram os procedimentos aplicados, as evidências obtidas e as conclusões alcançadas, constituindo suporte para o relatório de auditoria.
- 105** Os procedimentos substantivos de auditoria destinam-se exclusivamente à avaliação do desenho e da efetividade operacional dos controles internos da entidade, sendo dispensável sua aplicação quando tais controles se mostram adequados, e subdividem-se em testes de controles e procedimentos analíticos.
- 106** A auditoria interna difere da auditoria independente essencialmente pelo vínculo do auditor com a entidade, pois o auditor interno integra a própria organização auditada ou presta serviços a ela de forma dedicada, ao passo que o auditor independente mantém independência formal em relação à entidade.

Em março de 2025, o CREFITO-17 realizou pagamentos a prestadores de serviços pessoas jurídicas e pessoas físicas, efetuou o recolhimento de encargos sobre a folha de pagamento e verificou as suas obrigações acessórias perante a Receita Federal do Brasil. A equipe fiscal precisou, assim, avaliar as retenções incidentes e os prazos das declarações.

Com base nessa situação hipotética e na legislação tributária vigente, julgue os itens a seguir.

- 107** O CREFITO-17, como autarquia federal, é imune à cobrança de todos os tributos sobre o patrimônio, sobre a renda e sobre os serviços vinculados às suas finalidades essenciais. Essa isenção abrange impostos, taxas e contribuições.
- 108** Nos pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas pela prestação de serviços de limpeza, conservação, segurança e vigilância, incide retenção de IRRF à alíquota de 2,5%.
- 109** A retenção na fonte da CSLL, da contribuição para o PIS/Pasep e da COFINS, conhecida como CSRF e prevista nos arts. 30 a 36 da Lei nº 10.833/2003, incide, nos termos da lei, sobre os pagamentos efetuados por pessoas jurídicas a outras pessoas jurídicas de direito privado pela prestação dos serviços expressamente ali elencados.
- 110** A EFD-Reinf é uma escrituração fiscal digital integrante do SPED, sendo utilizada para declarar retenções na fonte e outras informações fiscais e previdenciárias não relacionadas ao trabalho. Dessa forma, por ser um sistema autônomo e independente, as informações nela prestadas não guardam relação com a geração da DCTFWeb, que utiliza exclusivamente os dados declarados no eSocial.
- 111** A DCTFWeb deve ser transmitida até o último dia útil do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores, sendo elaborada com base nas informações prestadas no eSocial, na EFD-Reinf e em sistemas e módulos complementares da Receita Federal, como o MIT e o SERO, que permitem a inclusão ou apuração de débitos tributários a serem consolidados na declaração.
- 112** O EBITDA é um indicador de desempenho operacional calculado pela adição ao resultado líquido dos tributos sobre o lucro, das despesas financeiras líquidas, da depreciação e da amortização, sendo equivalente ao resultado líquido do exercício quando a entidade não possui dívidas financeiras.
- 113** A conciliação bancária consiste na comparação entre o saldo da conta contábil de disponibilidades e o saldo informado pelo extrato bancário, com o objetivo de identificar e explicar eventuais diferenças, como os cheques emitidos ainda não compensados e os depósitos em trânsito.
- 114** A conciliação contábil eficaz exige não apenas a identificação das diferenças encontradas, mas também a investigação de sua origem, a adoção de providências corretivas e o registro dos saldos reconciliados, configurando processo completo de análise e resolução de inconsistências.

115 O relatório de conciliação contábil deve identificar apenas as diferenças encontradas e os seus valores, sem a necessidade de descrever a origem das divergências ou as providências adotadas para a correção, pois essas informações são registradas em processo administrativo separado.

A DELTA S.A., tributada pelo lucro presumido e não enquadrada na contribuição previdenciária sobre a receita bruta (CPRB), apresentou, no mês de março de 2025, uma folha de pagamento no valor de R\$ 350.000 em salários brutos de empregados contratados sob o regime da CLT. Sob essa remuneração, incidem os seguintes encargos patronais: INSS de 20%; RAT aplicável à empresa, já ajustado pelo FAP, no percentual de 1%; contribuições de terceiros de 5,8%; e FGTS de 8%.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens a seguir.

116 A contabilização da folha de pagamento envolve o reconhecimento da despesa com salários e dos encargos patronais, que devem ser registrados como dedução do salário bruto do empregado, o que reduzirá o valor a pagar ao trabalhador.

117 A provisão mensal para férias constituída pela DELTA S.A. deve incluir o valor proporcional das férias, correspondente a 1/12 da remuneração por mês trabalhado, o adicional constitucional de um terço e os encargos patronais incidentes sobre essas verbas, tais como INSS, RAT e FGTS, observada a legislação aplicável.

118 Considerando-se a folha de pagamento de R\$ 350.000 e as alíquotas informadas, INSS patronal de 20%, RAT ajustado de 1%, contribuição de terceiros de 5,8% e FGTS de 8%, o total de encargos patronais devidos pela DELTA S.A. é de R\$ 121.800.

119 O FGTS-Digital, implantado em março de 2024, substituiu o sistema SEFIP/GFIP para o recolhimento do FGTS mensal e rescisório, sendo um sistema autônomo que gera as informações de cálculo do FGTS de forma independente, dispensando o envio prévio de dados ao eSocial pelo empregador.

120 O eSocial é o sistema de escrituração digital das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas que, ao centralizar as informações em ambiente unificado, passou a substituir diversas obrigações acessórias anteriores, como o CAGED e a RAIS, além de servir como base para o FGTS-Digital, que substituiu a GFIP/SEFIP.



RASCUNHO

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

A contabilidade, enquanto ciência que registra e evidencia o patrimônio das entidades, produz demonstrações contábeis que vão além do cumprimento de obrigações legais. A análise dessas demonstrações transforma dados brutos em informações estratégicas, permitindo que gestores, credores e investidores avaliem a saúde financeira da organização, identifiquem tendências e tomem decisões fundamentadas sobre o futuro do negócio.

Adaptado de Iudícibus, S. **Análise de balanços**. São Paulo: Atlas (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A análise das demonstrações financeiras como instrumento de gestão e apoio à tomada de decisão

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) conceitos, objetivos e modalidades da análise das demonstrações financeiras;
- b) categorias de índices financeiros e o que cada uma revela acerca da situação econômico-financeira da entidade; e
- c) limitações da análise financeira e cuidados que o analista contábil deve observar para garantir a confiabilidade das conclusões.